

# PADRÃO DE POSSES ESCRAVISTAS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE (MG) NO SÉCULO XIX

## ENQUADRAMENTOS DA POPULAÇÃO ESCRAVA

LEONARA LACERDA DELFINO

**RESUMO** Neste artigo procuramos acompanhar os enquadramentos gerais da população escrava, tais como taxa de africanidade, média entre crianças e mulheres cativas, estrutura etária, razão de masculinidade, dentre outros apontamentos elucidativos à conformação da estrutura de posses de escravos no município de Pouso Alegre, entreposto comercial sul-mineiro, que apresentou dinâmica inserção na rede Centro-Sul de abastecimento interno ao Rio de Janeiro no período oitocentista. Para efetuarmos esses apontamentos, desenvolvemos o entrecruzamento de inventários post mortem (1820-1888), com o conjunto de fontes pré-censitárias (mapas de população de 1833-1835 e listas nominativas de 1838), no intuito de elaborarmos, assim, um mapeamento da população escrava dessa localidade.

**PALAVRAS-CHAVE** Propriedade escravista; população escrava; economia de abastecimento interno.

**ABSTRACT** In this paper we follow the general frameworks of the slave population, such as rate Africanness average among women and children captives, age structure, sex ratio, among other explanatory notes to the conformation structure of holdings of slaves in Pouso Alegre trading post south-miner, who presented dynamic insertion in the network Center-South domestic supply to Rio de Janeiro during the eighteenth century. For these notes we make, we made the crossing of post mortem inventories (1820-1888), with the set of pre-census sources (maps of population in 1833-1835 and lists of names of 1838) in order to elaborate thus a mapping slave population in this locality.

**KEY WORDS** Slave ownership; slave population; economy; domestic supply.

1 Douglas Libby demonstrou, através de sua amostragem censitária para a província de Minas, que, do total de fogos levantados, 66,7% não possuíam um escravo sequer, ao passo que, dos 6.583 domicílios escravistas, 67,8% eram representados pelo grupo de senhores possuidores de 1 a 5 escravos, que concentravam somente 26,5% do total de cativos. Não obstante, esse grupo, quando somado à categoria média (6-10 escravos), atingia, nada menos, uma concentração de 48,2% da população cativa entre 1831-1840 (1988, p. 383).

2 O advento da desconcentração de propriedade cumpriu papel relevante em outras províncias, como Paraná (GUTIERREZ, 1987, p. 297-314) e São Paulo (COSTA e LUNA, 1981, p. 21).

3 Graça Filho (2002, p. 125-128), em estudo para o Termo de São João del-Rei, localidade de conformação socioeconômica próxima ao sul de Minas, foi pioneiro em sustentar a hipótese de que havia se estabelecido na comarca do Rio das Mortes unidades escravistas alinhadas aos padrões das propriedades voltadas para a agroexportação.

## INTRODUÇÃO

A propriedade escravista mineira vigente no século XIX descrita pela literatura era constituída majoritariamente por circunscritos plantéis e sua posse era acessível a uma parcela minoritária da população livre. No entanto, estabeleceu-se de início o consenso de que a existência de extensas posses de escravos constituiu-se presença rara na paisagem mineira oitocentista.<sup>1</sup> Esse padrão, portanto, vem sendo confirmado, sobretudo, em regiões orientadas para economias de abastecimento interno, como foram os casos registrados para a província de São Paulo,<sup>2</sup> anterior à expansão cafeeira, o Paraná e as zonas agricultoras periféricas do Rio de Janeiro. Vale salientar, contudo, a relevância que essas posses menores também cumpriram em plena região aurífera até mesmo em economias açucareiras, como demonstrou Schwartz para o Recôncavo Baiano.

Não obstante, considerando estudos mais específicos para o sul de Minas, trabalhos como de Andrade (2005), Paiva e Klein (1992), para o Termo de Campanha, e Sobrinho (2009), para a freguesia de Itajubá, contribuíram incisivamente para a historiografia mineira, ao demonstrarem que essas localidades, orientadas ao setor de abastecimento interno, estavam muito mais próximas aos padrões da grande lavoura de exportação, do que das tradicionais economias de mercado interno, baseada na pequena e média propriedade, que se caracterizavam mais pela dependência de um setor camponês do que de um sistema escravista propriamente dito. Dessa forma, a elevada média de escravos por propriedade, junto à disseminação de extensos plantéis, demonstradas para a região (sul de Minas Gerais), relativizam a concepção de que a capacidade de estabelecimento de extensas escravarias em uma localidade estaria diretamente atrelada a uma economia orientada para agroexportação.<sup>3</sup>

Nosso objetivo neste artigo consiste em posicionar nossos resultados concernentes à estrutura de propriedade escrava para o município de Pouso Alegre com as demais pesquisas regionais,

que vem disponibilizando um modelo alternativo de posses escravas, avesso, portanto, ao padrão inicial indicado para todo o território de Minas, ou seja, sustentado na rara presença de extensas propriedades.

Para o mapeamento da estrutura de posse de escravos vigente no município de Pouso Alegre, utilizamos como critério para a construção de nossa amostra apenas os distritos de paz que compunham o município de Pouso Alegre,<sup>4</sup> segundo o recenseamento de 1833-1835. Dentre estes, consideramos os seguintes: Capivari, Santa Rita, Cambuí, Camanducaia, Cotias, São José das Formigas, Antas, Ouro Fino, Bom Retiro e Pouso Alegre (ver mapa no Anexo). A partir desse levantamento, constatamos que, dos 678 inventários localizados para o período de 1820-1888, menos da metade, ou seja, 301 (44,3%) não arrolaram escravo algum, enquanto a maioria (55,6%) demonstrou presença de alguma posse escrava, o que nos permite inferir que esta se estabeleceu como uma localidade eminentemente escravista. No que tange à variação por faixa de plantel, elegemos o padrão utilizado por Clotilde Paiva (1996), que classificou esses níveis em pequeno plantel (1-3 escravos), médio (4-10 escravos) e grande (11-49 escravos) e muito grande (+ de 50 escravos).

Do total de 377 proprietários identificados, entre o período aventado, apenas o capitão João Pinto da Fonseca apresentou um plantel superior a 100 escravos.<sup>5</sup> Para todo o período abarcado, encontramos forte dispersão de pequenos e médios plantéis, apesar da hegemônica concentração de escravos em grandes propriedades e supremacia do que classificamos como médio plantel. A média de escravos por propriedade apresentou, no total, uma proporção de 8,8 escravos por propriedade, acompanhada de uma variação entre 5,2 e 10,6 escravos conforme o subperíodo avaliado entre 1820-1888<sup>6</sup> (cf. Anexo, Tabela 1).

Relacionando os resultados obtidos, no que confere à distribuição da propriedade escrava na localidade, observamos que, do total de 3.340 escravos arrolados ao longo do período de 1820-

4 Apesar de o município de Pouso Alegre ter adquirido sua emancipação somente em 1848, observamos que em registros anteriores, como os mapas de população (1833-1835), já mencionavam a localidade como município mesmo antes de esta ter recebido essa jurisdição administrativa. Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

5 Inventário *post mortem* do capitão João Pinto da Fonseca (inventariado), localizado no Cartório do 2º Ofício do Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG), 28/2/1859.

6 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

7 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1ª e 2ª Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

8 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1ª e 2ª Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

9 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1ª e 2ª Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

10 Cf. Listas nominativas do distrito de Pouso Alegre de 1838, localizadas no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 01.

1888, 49,7% destes concentraram-se em grandes propriedades, situadas na faixa de plantel entre 11 e 49 escravos, e apenas 6,4% do total da escravaria do município pertenciam a plantéis menores<sup>7</sup> (cf. Anexo, Tabela 1). Nesse sentido, observamos que não houve uma disparidade tão acirrada entre pequenas (30,5%) e grandes (27%) propriedades. Contudo, essa comparação nos mostra que o nível de concentração em propriedades maiores não se instituiu como barreira aos proprietários de menor porte de terem acesso à mão de obra compulsória. No entanto, quando observamos o comportamento dessa variação ao longo do período, logo percebemos a intensificação desse processo de concentração escrava, principalmente após 1840, quando constatamos que apenas oito proprietários detiveram mais de 15% de toda escravaria estimada ao longo do período<sup>8</sup> (cf. Anexo, Tabela 1).

Dando prosseguimento à análise que optamos por dividi-la em subperíodos correspondentes a decênios, avaliamos que, entre os intervalos situados entre 1820 e 1839, não foi localizado nenhuma propriedade superior a 50 escravos. Não obstante, foi observado elevado nível de concentração escrava em grandes propriedades (73,4%), que representavam o conjunto de 42,8% do total de proprietários escravos entre o subperíodo de 1820-1829.<sup>9</sup> Referente às listas nominativas para o ano de 1838, encontramos para o distrito urbano de Pouso Alegre, sede do município, uma conformação maior para as propriedades de pequeno e médio porte, que, somadas, atingiam um percentual de 87,6%, enquanto domicílios acima de 10 escravos atingiram uma representação bem inferior de 12%, ratificando a caracterização de pequenas posses em áreas urbanas indicada pela historiografia<sup>10</sup> (cf. Anexo, Tabela 1).

Retomando ao corpo de inventários, referente ao período que segue (1830-1839), observamos relativo declínio tanto na participação de grandes proprietários, de 42,8% para 29,2%, quanto na concentração da população cativa, que passou a representar 58% de participação nessas propriedades. Já entre os

pequenos proprietários houve uma elevação de 25% para 34,1% na participação no total de posses, junto ao nível de concentração de sua população escrava de 6,2% para 9,5%<sup>11</sup> (cf. Anexo, Tabela 1).

Na década seguinte, apreendemos maior participação da média propriedade, que chega a compor quase a metade de todas as propriedades, apresentando uma concentração de 36,6% de escravos para o período indicado.<sup>12</sup> No período posterior à lei de proibição de 1831,<sup>13</sup> essa concentração manteve níveis elevados, de modo que apenas dois proprietários possuíam quase 15% do total da escravaria. No subperíodo de 1860-1869, as grandes propriedades superaram, isoladamente, as pequenas e médias, com quase 40% de participação, correspondente a uma concentração de 66,5% da população escrava<sup>14</sup> (cf. Anexo, Tabela 1).

Embora tenhamos partido de uma classificação distinta para avaliar a estrutura de posses em nossa localidade eleita, é possível tecermos comparações com os resultantes averiguados para Campanha e Itajubá, localidades mais próximas de nosso objeto. Marcos Andrade (2005) demonstrou para o município de Campanha elevados índices de concentração escrava, ao constatar que aproximadamente 12% dos senhores detiveram mais de 45% da escravaria do município. No que tange às faixas dos plantéis, sua amostra revelou que, embora 44% dos proprietários estivessem escalados na faixa de 1 a 5 cativos, essa categoria concentrava apenas 12% do total da escravaria. Já os senhores de porte médio, escalados na faixa de 6 a 19 cativos, detiveram 42% da escravaria, ao passo que 13% dos detentores de plantéis acima de 20 escravos concentraram 46% do total estimado em 5.157 escravos de sua amostra.<sup>15</sup>

Comparando essa estrutura de posses de Campanha com o padrão constatado para o município de Pouso Alegre, verificamos que este último apresentou níveis menores de concentração, ao apresentar uma variação de 5,2 a 10,6 escravos por proprietário, enquanto o primeiro apresentou uma média superior de 37 escravos por plantel. No que compete à dimensão dos plantéis, observamos patamares não muito díspares, pelo

11 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

12 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

13 A lei de 1831, que ficou conhecida como “lei para inglês ver”, em função de sua inoperabilidade na prática, estabelecia, em primeiro lugar, a proibição do tráfico negro e a libertação de escravos africanos traficados após a data de sua promulgação. Tida como “letra morta” até 1850, essa lei recebeu reforços definitivos com a implantação da Lei Eusébio de Queirós que suplantou de forma coercitiva o tráfico de escravos em costas brasileiras.

14 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

15 Andrade organizou uma amostra de 558 propriedades inventariadas entre o período de 1803-1865. Desse levantamento, 59 propriedades não apresentaram nenhuma posse de escravos, enquanto as posses escravistas foram computadas com o total de 499, abarcando uma soma de 5.157 escravos.

Cf. Andrade, 2005, p. 36.

fato de essa amostra averiguada para Campanha apresentar uma acentuada proliferação de pequenos (44%) e médios (43,2%) plantéis, mesmo levando em consideração o maior potencial de concentração da mão de obra para essas propriedades (ANDRADE, 2005).

Contudo, os estudos realizados por Juliano Sobrinho para a freguesia de Itajubá nos oferecem uma conformação da propriedade escravista mais próxima à realidade confrontada para o município de Pouso Alegre. Exemplo disso reflete-se na média de escravos por proprietário, avaliada em 11,5 para o total de 103 inventários *post mortem*, arrolados entre 1785-1850. Quanto à mesma variação, segundo a faixa do plantel de escravos, o autor assevera que, entre as pequenas propriedades (1-5 escravos), o resultado obtido foi de 2,7 escravos, ao passo que, nas propriedades acima de 20 cativos, essa proporção atingiu níveis de maior escala por apresentar uma média de 37,8 escravos por proprietário (SOBRINHO, 2009, p. 89).

Conforme observamos acima, nosso município atingiu, nesse critério, uma variação entre 5,2 e 10,6 escravos por propriedade conforme o subperíodo analisado. Não obstante, quando consideramos essa medida por nível do plantel, adquirimos um elevado potencial de concentração. Nesse sentido, propriedades acima de 50 escravos apresentaram uma capacidade de possuir 64,8 escravos em média.<sup>16</sup> Essa constatação nos permite alinhar o município de Pouso Alegre a um padrão intermediário entre a lavoura agroexportadora e tradicionais economias internas de abastecimento, sustentadas numa economia familiar camponesa e na mão de obra escrava complementar àquele setor. Contudo, apesar de identificarmos uma média relativamente inferior de escravos para a localidade (8,8) em relação a Campanha (37) e Itajubá (11,5), constatamos também que esse município se enquadrava aos padrões peculiares de estrutura de propriedade escrava regional, no que diz respeito à capacidade de agregar extensos plantéis dedicados exclusivamente a uma produção diversificada de alimentos.

16 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1ª e 2ª Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

Nesse sentido, podemos considerar que o padrão de posses no município de Pouso Alegre se mostrou acima da média mineira, uma vez que em nenhum momento analisado as propriedades menores superaram os médios e grandes proprietários em conjunto. A demonstração da instituição escravista em mais da metade dos inventários arrolados, junto ao estabelecimento significativo de plantéis de grande porte, coloca o município numa posição ativa de destaque no complexo mercantil de abastecimento no Sudeste. Não obstante, a disseminação de médias e grandes propriedades no município estudado revela o estabelecimento de uma economia local dependente, em larga escala, de um sistema escravista de produção. No item que segue, procuramos, através da análise de variáveis, como faixa etária, razões de masculinidade, africanidade, média entre crianças e mulheres em idade produtiva, avaliar a influência do tráfico atlântico, como também as possibilidades de reprodução natural na caracterização demográfica da população escrava no município de Pouso Alegre.

## CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ESCRAVA: SEXO, IDADE E ORIGEM

Para avaliarmos as características internas da população escrava, utilizamos como recursos metodológicos, além da análise de inventários, mapas de população (1833-1835)<sup>17</sup> e listas nominativas (1838),<sup>18</sup> os assentos de batismo, estes como recurso alternativo, a fim de rastreamos a presença africana através da identificação dos denominados escravos “adultos”, por percebermos nesses registros excelente possibilidade investigativa, justamente por ter constituído a instituição do batismo, via de acesso quase universal de iniciação cristã em todos os setores da sociedade escravista.<sup>19</sup>

Os trabalhos atuais questionam o exclusivismo do tráfico de escravos como via de reposição da mão de obra escrava. No

17 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

18 Cf. Listas nominativas do distrito de Pouso Alegre de 1838, localizadas no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 01.

19 Cf. livro 1 (1812-1821), livro 2 (1821-1825), livro 3 (1825-1837), livros 4 e 7 (1837-1858), livro 5 (1841-1843), livro 6 (1847-1853), livro 7 (1857-1861), livro 8 (1861-1866), livro 9 (1866-1873), localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre (MG).

20 Sobre os dados de Campanha, cf. Andrade, 2005, p. 273-279. Acerca dos dados de Itajubá, cf. Sobrinho, 2009, p. 64-74.

21 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

22 Para a composição da tabela, procuramos distinguir cada sub-período em decênio, a fim de acompanharmos as nuances conjunturais. Vale salientar que os intervalos de 1820-1850 foram marcados, no âmbito conjuntural do Império, por uma entrada maciça de africanos, que alcançou maior pico de elevação entre 1826-1830, quando a importação atingia em média 37.200 escravos africanos ao ano. Cf. Florentino, 2002. Não obstante, esse período também ficou conhecido pelo acirramento das pressões inglesas para o cerceamento do tráfico internacional de escravos, que refletiram no Brasil, nas formas das leis de 1831 e Eusébio de Queirós em 1850. No quinquênio seguinte, o período foi marcado pelo processo de intensificação da “naturalização” da população escrava, acompanhada pelo consequente “envelhecimento” e diminuição do grupo africano. Nessa conjuntura, assistiu-se também a degradação paulatina do sistema de relações escravistas, impressa principalmente na deslegitimação e erosão gradativa do

entanto, o avanço de pesquisas de âmbitos regionais em Minas vem permitindo a construção de “caminhos alternativos” capazes de conciliar tráfico e crescimento natural conforme a localidade e a conjuntura aventadas.

Fábio Pinheiro, em estudo acerca das influências do tráfico na Zona da Mata Mineira, ratificou o “direcionamento inequívoco” do tráfico atlântico para a província mineira durante as primeiras décadas do século XIX (2008, p. 74). Essa maciça entrada de africanos na província direcionou-se não só para a Zona da Mata, mas para algumas áreas da extensão Metalúrgica – Mantiqueira (Vertentes), como também para o sul da província. Em trabalhos recém-produzidos para o sul de Minas, Andrade (2005) e Sobrinho (2009) já aventaram a relevância do tráfico no quadro de reposição da mão de obra na região, no início do século XIX. A elevada participação africana impressa em distritos como Nova Itajubá (65,4%), Lambari (67,5%), Santa Catarina (55,1%), Santa Rita (40,7%) e Soledade (50,6%) no ano de 1831, pertencentes ao Termo de Campanha, não deixa dúvidas quanto à inserção regional sul-mineira ao tráfico transatlântico de escravos.<sup>20</sup> No entanto, em pesquisas anteriores, Paiva e Klein (1992) indicaram, sem postergar a agência do tráfico na composição da escravaria regional, dados provocativos atinentes a uma possível reprodução natural como importante elemento de reposição e até mesmo de expansão da escravaria no mencionado município sul-mineiro.

Feitas essas considerações, apresentaremos a seguir a distribuição entre africanos e crioulos do município, mensurada a partir do corpo de inventários ao longo do período (1820-1888), a fim de contribuímos para o entendimento dos delineamentos tomados destas duas assertivas (importação/reprodução) na esfera da população cativa de nossa localidade, sem perder de vista, portanto, suas articulações com o contexto regional. De modo geral, pudemos identificar que, no primeiro contato com esse corpo documental, estabeleceu-se uma significativa presença de crioulos, para uma região em que se esperava uma presença

maior de africanos, em vista da forte inserção do sul de Minas ao tráfico negreiro. Considerando a taxa de africanidade, ou seja, o número de africanos para cada 100 crioulos, verificamos uma estimativa variável entre 41,9 e 60,2 para as décadas anteriores ao cerceamento do tráfico (1850)<sup>21</sup> (cf. Anexo, Tabela 2).<sup>22</sup> Entretanto, observando o percentual de participação dessa categoria, visualizamos uma nada desprezível participação de 37,5% nas duas primeiras décadas, enquanto nos dois intervalos seguintes uma estimativa nunca inferior a 25%, representando uma dinâmica participação do município de Pouso Alegre, junto às praças regionais de Campanha, Itajubá e Baependi na aquisição de africanos nessas três primeiras décadas.<sup>23</sup>

Essa tendência se confirma parcialmente mediante a avaliação da chamada ocorrência dos batismos de “adultos” africanos, durante o período de vigência do tráfico no âmbito da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires. Vale salientar que, apesar da prática do batismo em massa nos portos africanos de embarque, esses cativos, muitas vezes, recebiam oficialmente a bênção cristã logo após o estabelecimento na localidade recém-instalada, como ato de precaução e confirmação da posse do senhor, tendo em vista que esses assentos poderiam servir como prova de propriedade até mesmo em processos judiciais. Essa preocupação evidencia-se quando identificamos a prática recorrente de batizar esses escravos em série, logo após o ato da aquisição ou compra. Além disso, era hegemônico o temor generalizado vigente no imaginário social daquela sociedade de que privar qualquer indivíduo do rito cristão poderia condenar sua alma a um estado de danação perene.

Tendo em vista a importância conferida pelo rito, acreditamos que, mesmo se tratando de um recurso indireto, esse caminho constitui-se uma importante via auxiliar e adquire maior potencial metodológico quando cruzado com outros indícios que rastreiam a presença africana de uma dada localidade. Analisando a composição da Tabela 3, averiguamos que, do período em que se inicia em 1812, quando é aberto o

poder senhorial. Essas mudanças refletiram-se na promulgação de leis favoráveis à preservação da família escrava, como a lei de 1869 e a Lei do Ventre Livre, em 1871, que, ao mesmo tempo em que visavam assegurar o interesse senhorial através da garantia do processo de abolição “lento e seguro”, asseguravam também antigos direitos costumeiros conquistados ao longo dos anos, no embate cotidiano, da sociedade escravista.

23 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

24 Cf. livro 1 (1812-1821), livro 2 (1821-1825), livro 3 (1825-1837), livros 4 e 7 (1837-1858), livro 5 (1841-1843), livro 6 (1847-1853), livro 7 (1857-1861), livro 8 (1861-1866), livro 9 (1866-1873), localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre (MG).

25 Cf. livro 1 (1812-1821), livro 2 (1821-1825), livro 3 (1825-1837), livros 4 e 7 (1837-1858), livro 5 (1841-1843), livro 6 (1847-1853), livro 7 (1857-1861), livro 8 (1861-1866), livro 9 (1866-1873), localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre (MG).

primeiro livro de batismo na freguesia, até 1853, quando é registrado o último escravo “adulto” nos assentos, oito escravos africanos eram batizados anualmente nessa localidade.<sup>24</sup> O pico de participação dessa categoria se efetivou entre o período de 1818 e 1820, quando se registrou uma participação de 37,8% do total de assentos de escravos. No entanto, caso singular identificou-se para o ano de 1818, quando se constatou o registro de 50 assentos, equivalente ao percentual de 66,6% de presença africana do total de 75 batismos de escravos para esse ano. Nesse sentido, essa participação, quando avaliada a longo prazo, não ultrapassou o percentual de 40% de participação de “adultos” no quadro de composição de batizados<sup>25</sup> (cf. Anexo, Tabela 3).

Retomando nossa amostra de inventários, outros apontamentos levantados sustentam que a inserção ao tráfico de africanos não anulou o papel da reprodução endógena no quadro de manutenção ou até mesmo ampliação do contingente escravo cogitada para o município de Pouso Alegre. Para o histórico de estudos demográficos, já se tornou unânime como método relacionar equilíbrio entre os sexos, percentual de crianças, razões elevadas entre crianças e mulheres férteis, à ocorrência de reprodução natural de uma dada população específica. Sendo assim, pode-se considerar que a presença de crianças e mulheres está para a reprodução natural, assim como elevadas razões de masculinidade estão para a capacidade de se inserir ao tráfico. Em outras palavras, quanto maior a proporção de africanos, menor a possibilidade de crescimento natural, pois o desequilíbrio sexual gerado em função da seletividade do tráfico influiria como empecilho à capacidade reprodutiva da mesma escravaria.

Levando em consideração esses pressupostos, identificamos os seguintes padrões: médias elevadas entre crianças e mulheres em idade produtiva, elevada presença de crianças entre 0 e 14 anos e a já mencionada majoritária presença crioula, apesar da tendência à elevação dos índices de masculinidade identificados no corpo de inventários, que contrastavam, em certa medida, com

a tendência de equilíbrio verificado através dos levantamentos censitários de 1833-1835. Pelo censo de 1826, verificamos elevada razão de masculinidade impressa na presença de 198,1 homens cativos para cada 100 mulheres escravas do total de 1.285 escravos estimados para a freguesia de Pouso Alegre.<sup>26</sup> Já os mapas de população (1833-1835) registraram uma relativa queda tanto para o distrito (sede), por apresentar uma razão de 155,8 homens para cada 100 mulheres, quanto para o conjunto do município, que apresentou uma média de 144,4 no mesmo quesito, o que é traduzível num percentual de 59% de homens e 41% de mulheres, dentre o total de cativos para a população escrava do município de Pouso Alegre.<sup>27</sup> Para o nível mais localizado do distrito de Pouso Alegre, identificamos o percentual de 41,5% de mulheres e 58,4% de homens dentre o total de 1.974 escravos, relacionados numa média de 140,7 homens para cada 100 mulheres para o ano de 1838.<sup>28</sup>

Retomando os mapas de população (1833-1835), em que visualizamos essa distribuição para cada distrito componente do município de Pouso Alegre, obtivemos dentre os 10 distritos mencionados, com exceção de Antas e Bom Retiro, vantagem de homens sobre mulheres no quadro de composição de suas escravarias. Dentre as maiores elevações de razão de masculinidade, podemos destacar o distrito de Santa Rita do Sapucaí, por apresentar uma taxa de 218,7 e quase 70% de participação masculina junto a Cotias, que apresentou 172,0 de razão de masculinidade e 63,2% de participação masculina<sup>29</sup> (cf. Anexo, Tabela 5).

Os núcleos populacionais que atingiram maior equilíbrio entre os sexos em suas escravarias foram Capivari, com uma razão de 105,1 homens para cada 100 mulheres, portanto, com uma participação de 51,2% e 48,7% para homens e mulheres respectivamente, e São José das Formigas, que apresentou uma razão de 106,9 e 51,6% de participação masculina. Os distritos de Antas e Bom Retiro, conforme mencionado, apresentaram as únicas escravarias com razões de masculinidade

26 Cf. Censo de 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, fascículo 2, p. 630, jul.-set. 1896.

27 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

28 Cf. Listas nominativas do distrito de Pouso Alegre de 1838, localizadas no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 01.

29 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

30 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

negativas, computadas cada uma em uma média de 84 e 81,9 respectivamente<sup>30</sup> (cf. Anexo, Tabela 5).

A média calculada para o município de Pouso Alegre expôs uma participação de 144,4 homens para cada 100 mulheres escravas durante o período 1833-1835, aproximando-se, portanto, da estimativa proposta por Bergad, que calculou esse índice em 142 homens para cada 100 mulheres entre a população cativa recenseada na província, no ano de 1833 (2004, p. 213). Numa outra direção, os resultados verificados para a freguesia vizinha de Itajubá apresentaram médias relativamente mais elevadas, superando até mesmo os padrões da província. Entre 1785 e 1820, a razão de masculinidade para a mencionada localidade foi de 188,6 homens para cada 100 mulheres; enquanto no período seguinte, apesar da queda para 162,5, manteve-se uma proporção ainda superior aos padrões estimados pela província (SOBRINHO, 2009, p. 173). Entretanto, essa elevação das médias de razão de masculinidade para a freguesia de Itajubá pode ser atribuída principalmente ao alto nível de concentração africana identificada por Sobrinho para essa localidade. Em 1831, essa freguesia acompanhada pelo seu curato (Soledade) registraram os mais altos patamares de população africana do Termo de Campanha, que, juntos, somaram o percentual de 62,3% dessa participação, sendo superados somente pela freguesia de Lambari, que apresentou para o mesmo ano uma participação de 67,5% de africanos (ANDRADE, 2005, p. 276).

Tomando como medida a estrutura de faixa etária para a população cativa, observamos que tanto pelos enquadramentos extraídos do corpo de inventários (cf. Anexo, Tabela 4), quanto pelos levantamentos censitários (1833-1835 e 1838), obtivemos outro forte indicador em direção ao crescimento natural: elevados percentuais de crianças e jovens de 0-14 anos, se tomarmos como pressuposto a raríssima incidência de crianças transportadas pelo tráfico atlântico<sup>31</sup> (cf. Anexo, Tabelas 6 e 7).

Considerando o total de escravos arrolados nos inventários consultados ao longo do período (1820-1888), obtemos uma

31 Segundo Florentino e Góes (1997, p. 59-73), 4 em cada 5 recém-chegados no Porto do Rio de Janeiro eram escravos “adultos”, ou seja, situados na faixa etária entre 15 e 40 anos. Não obstante, apenas 4,1 eram escravos com menos de 10 anos, fato que confirma a assertiva de que eram raríssimas as importações de crianças escravas.

participação de crianças e jovens de 0-14 anos estimada em 31,7%.<sup>32</sup> Não obstante, essa estimativa apresentou variações, alcançando picos de elevação no período de 1820-1829 e 1830-1839, quando constatamos uma participação de 35% a 36,5% de cativos inseridos nessa mesma faixa etária.<sup>33</sup> Padrão próximo verificou-se em dois subperíodos (1785-1820 e 1821-1850) para a freguesia vizinha de Itajubá, ao apresentar, respectivamente, uma variação de 28,3% a 35,2% (SOBRINHO, 2009, p. 173) (cf. Anexo, Tabela 7).

Analisando o padrão de faixa etária extraído dos mapas de população (1833-1835) para o conjunto do município de Pouso Alegre, obtemos a seguinte distribuição: 36,3% de cativos situados na faixa dos 6 aos 14 anos; 41,8% situados na faixa dos 15 aos 29 anos; 19,7% situados na faixa dos 30 aos 60 anos; e somente 2% de cativos acima dos 60 anos. Como podemos perceber, trata-se de uma população cativa jovem, com alta incidência de crianças de 6 aos 14 anos, considerando que os menores de 6 anos não foram recenseados nesse levantamento provincial.<sup>34</sup>

Dentre os distritos com maior presença de crianças, destacam-se: Ouro Fino e Capivari, que tiveram, cada um, quase a metade de suas populações escravas situadas na faixa de 6-14 anos; Santa Rita, que, apesar da alta razão de masculinidade (218,7), apresentou uma surpreendente participação com 45,8% de cativos nessa mesma faixa etária. Bom Retiro também se destacou nesse quesito, ao apresentar 39,1% de crianças, percentual proporcional ao nível apresentado de sua razão de masculinidade, estimada entre as mais baixas do Termo com 81,9.<sup>35</sup>

Contudo, o distrito de Pouso Alegre apresentou ascendência contínua dessa participação durante a primeira metade do século XIX. De 35% em 1833-1835, o número de escravos situados na escala de 6-14 anos elevou-se para 38,7% do total da população cativa, chegando em 1873 com uma participação ao nível do município, inferior a quase 10%, em virtude dos reflexos da Lei do Ventre Livre. Considerando os intervalos de 1820 a 1859, referente aos dados extraídos de nossa amostra de inventários, essa estimativa nunca esteve abaixo de 30%<sup>36</sup> (cf. Anexo, Tabela 6).

32 Para calcular esse percentual, eliminamos a incidência de 189 escravos que não apresentaram nenhuma indicação de idade nos arrolamentos de inventários. Não obstante, baseamos esse cálculo no total de 1.045 crianças e jovens escravos entre 0 e 14 anos. Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

33 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

34 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

35 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

36 Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02. Cf. Banco digital do recenseamento geral do Império de 1872-1873. Dados referentes a Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e pela Equipe Cedeplar-UFMG. In: *Diretoria Geral de Estatística: recenseamento geral do*

Império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, Tip. Comercial, 1876, 12 vols., localizados na BNARJ. Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

37 Padrão similar foi verificado em pesquisas para Montes Claros (BOTELHO, 1994, p. 80), Mariana (LIBBY e PAIVA, 1995, p. 203-233), Ouro Preto, São João del-Rei e São José del-Rei (BERGAD, 2004, p. 219).

38 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no FMPA. Cf. Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, no-taçaõ MP, cx. 06, doc. 02. Listas nominativas do distrito de Pouso Alegre de 1838, localizadas no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 01.

Dessa forma, a alta incidência de crianças cativas durante a vigência do tráfico de escravos, para o município de Pouso Alegre (35% entre 1820-1829 e 36,5% entre 1830-1839) e para seu distrito (35% entre 1833-1835 e 38,7% em 1838), está à altura de padrões de escravarias que atingiram, de alguma forma, níveis de reprodução natural, seja para manutenção de seu contingente, ou até mesmo para ampliação deste.<sup>37</sup> Não obstante, esse processo não deve ser tomado como isento às influências do tráfico. As altas razões de masculinidade identificadas para localidades como Santa Rita (218,7) e Itajubá (170,6) não impediram a conformação de elevadas participações de crianças (45% e 35,2%, respectivamente) em períodos anteriores a 1850. Para Pouso Alegre (município/distrito), os índices de masculinidade se portaram com maior equilíbrio, confluindo, portanto, com a ampla vantagem de escravos nativos sobre os africanos. Sendo assim, esses dados nos apresentam fortes indícios de uma reposição de mão de obra por via de reprodução natural nessa localidade.<sup>38</sup>

Outra frente relevante que vai de encontro com essas assertivas acerca de uma possível conciliação entre os fatores tráfico e crescimento natural da população cativa do município/distrito de Pouso Alegre consiste na medição do potencial reprodutivo dessa escravaria. A média calculada entre mulheres cativas em idade produtiva e o número de crianças tem sido uma importante ferramenta da história demográfica, para avaliar a capacidade de reprodução natural de uma população escrava, quando levado em conta o fenômeno raro da importação infantil dentre os africanos. Contudo, é preciso salientar que esse recurso é considerado uma *proxi* grosseira para avaliar a capacidade de crescimento de uma população, tendo em vista que somente o confronto criterioso entre nascimentos e óbitos, junto às entradas e saídas, ocasionadas pela movimentação populacional, seria capaz de orientar uma resposta mais direta e detalhada acerca do potencial de fecundidade e crescimento de uma dada população.

Considerando esses pressupostos, podemos observar, a partir da média extraída entre o total de crianças de 0 a 9 anos e a soma de mulheres inseridas na faixa etária de 15 a 44 anos, uma variação de 32,1 a 138,4 crianças para cada 100 mulheres e uma razão total de 1.056 crianças para cada 1.000 mulheres entre o período de 1820-1888, segundo a amostra de 3.340 escravos.<sup>39</sup> Não obstante, as médias obtidas entre 1820-1829 e 1830-1839, oscilantes entre 114,5 e 138,4 para cada 100 mulheres, indicam que a ativa inserção da localidade ao tráfico atlântico de escravos não se impôs como barreira definitiva ao advento da reprodução das escravarias locais. No entanto, nas décadas seguintes essas razões sofreram declínio. Contudo, é preciso salientar que, após a lei de 1871, tornou-se raro a identificação da idade dos ingênuos, quando não se recorria à prática de torná-los “mais velhos”, com o intuito de burlar certas obrigações que essa lei impunha, não só durante o ato da partilha, ao terem que preservar os laços de parentesco entre pais e filhos menores de 12 anos, mas também em outras obrigações, tais como a não barragem do pecúlio, uma vez que era adquirido pelo próprio mancipio ou oferecido por uma terceira pessoa em favor de sua liberdade. Outrossim, outra explicação atribuída refere-se ao impacto gerado pela desvalorização da mão de obra infantil escrava em decorrência da perda de credibilidade em relação à reprodução, como recurso alternativo para aquisição da mão de obra (TEIXEIRA, 2001, p. 74).

Consoante o aspecto expressivo de valores obtidos na razão criança/mulher, referentes ao período anterior do esfacelamento da instituição escravista, vale salientar que essa proporção não se efetuou como comportamento isolado, mas como uma tendência da população escrava que vem sendo comprovada em áreas diversificadas da província mineira. Também, uma série de pesquisas já mencionadas atesta evidências de reprodução natural referentes até mesmo ao período que antecede o cerceamento do tráfico. Nesse sentido, esses dados apontam para direções da historiografia mineira, que levam à constatação

39 Essa média de fecundidade foi obtida através do total de 689 crianças de 0 a 9 anos dividida pelo total de 652 mulheres entre 15 e 44 anos. Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

40 Libby e Paiva (1995, p. 203-233) consideraram as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 9 anos a partir do recenseamento de 1872-1873.

41 Teixeira (2001, p. 124) considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 9 anos, entre o período de 1850-1888, a partir de sua amostra de 393 inventários *post mortem* para o município de Mariana.

42 Paiva e Klein (1992, p. 140) consideraram, a partir das Listas nominativas de 1831-1832, as mulheres de 15 a 49 anos e crianças inseridas na faixa etária de 0 a 9 anos.

43 Bergad (2004, p. 219) considera as mulheres, a partir de sua amostra de 70 mil escravos inventariados, aquelas situadas entre a faixa etária de 15 a 45 anos e crianças, os filhos de escravos de 0 a 9 anos.

44 Ver os estudos desenvolvidos por Luna e Klein (2004, p. 173-193), Schwartz (2005, p. 356-376) e Gutierrez (1987, p. 297-314).

45 Steckel considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 9 anos (1992, p. 371).

46 Segundo Higman (1984, p. 356), a razão da Jamaica, esta considerada a maior população escrava das Índias Ocidentais Britânicas, foi calculada a partir do critério do total de crianças de 0 a 4 anos para o total de mulheres

entre 15 e 44 anos.

de que as elevadas razões de crianças por mulheres verificadas para o âmbito geral da província são compatíveis aos padrões comprovados para a população escrava norte-americana, tratados como os maiores índices de fecundidade da história da escravidão moderna (BERGAD, 2004, p. 220).

Nesse sentido, as médias encontradas para localidades mineiras, como Pouso Alegre (1.056), Oeste Paracatu de Minas (734),<sup>40</sup> Mariana (925),<sup>41</sup> Campanha (894)<sup>42</sup> e para ampla região de Ouro Preto, Diamantina, São João e São José del-Rei (1.230)<sup>43</sup> em períodos distintos, demonstram que, na maioria dos casos, essas regiões foram capazes de superar índices de todas as demais escravarias já estudadas para o restante do Brasil,<sup>44</sup> atestando dessa forma a singularidade da escravidão mineira por ter se constituído, na afirmação de Bergad (2004), como único sistema escravista da América Latina que mais se aproximou dos padrões norte-americanos de reprodução e expansão natural da escravaria. Pela exposição do quadro que segue, podemos comparar a relação de crianças por mulheres obtidas para o município de Pouso Alegre com outras localidades. A partir dessa analogia, é possível situarmos nossa localidade de estudo como a segunda região que apresentou as maiores médias entre crianças e mulheres em idade produtiva na província, inferior, portanto, apenas às estimativas averiguadas para os tradicionais centros auríferos levantadas por Bergad:

Quadro 1 – Razão criança/mulher em diferentes localidades

Localidade	Período	Razão
EUA <sup>45</sup>	1820	1.482
Jamaica <sup>46</sup>	Século XIX	399
Mogi das Cruzes <sup>47</sup>	1829	664
São Paulo <sup>48</sup>	1829	560
Recôncavo Baiano <sup>49</sup>	1788	597
Paraná <sup>50</sup>	1824	840
Ouro Preto, São João del-Rei/São José del-Rei e Diamantina <sup>51</sup>	1770-1888	1.201
Pouso Alegre <sup>52</sup>	1820-1888	1.056
Mariana <sup>53</sup>	1850-1888	925
Campanha <sup>54</sup>	1831	894
Oeste Paracatu Mineiro <sup>55</sup>	1873	734
Ouro Preto <sup>56</sup>	1823	406

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, podemos apreender dessa discussão que a composição demográfica que se descortina na primeira metade do século XIX para o município de Pouso Alegre se assenta numa elevada presença de escravos nativos e crianças e jovens na faixa de 0-14 anos, elevado potencial de fecundidade, pelo menos capaz de manter o plantel escravo local e relativo equilíbrio entre os sexos, observando que a desproporção de homens e mulheres foi uma característica que acompanhou toda vigência da escravidão. No entanto, observamos também neste artigo que nosso trabalho oferece elementos que permitem aventar o fator de reprodução natural como elemento conciliador à reposição por via do tráfico no processo de manutenção, ou por que não da expansão da escravaria local. Não obstante, não pretendemos aludir aqui o problema de forma conclusiva, haja vista o forte apelo regional à inserção ao tráfico já atestado em outros trabalhos. Dessa forma, vale também aludir à atual necessidade que se coloca

47 Para Mogi das Cruzes, a faixa etária trabalhada foi de 15 a 44 anos para as mães e de 0 a 9 anos para as crianças (LUNA, 1990, p. 226-236).

48 Luna e Klein (2004, p. 173-193) consideraram crianças de 0 a 9 anos e mulheres de 15 a 49 anos para o estudo de três distritos paulistas.

49 Para a soma de escravos de três paróquias do Recôncavo Baiano (Taperagoa, Água Fria e Inhambupe), Schwartz (2005, p. 296) considerou as mulheres de 15 a 45 anos e crianças de 0 a 9 anos.

50 Gutierrez (1987, p. 309) utilizou a faixa etária de 10 a 49 anos para mulheres e de 0 a 9 anos para crianças.

51 Bergad (2004, p. 219) considera as mulheres, a partir de sua amostra de 70 mil escravos inventariados, aquelas situadas entre a faixa etária de 15 a 45 anos e crianças, os filhos de escravos de 0 a 9 anos.

52 Cf. Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

53 Teixeira (2001, p. 124) considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 9 anos, entre o período de 1850-1888, a partir de sua amostra de 393 inventários *post mortem* para o município de Mariana.

54 Paiva e Klein (1992, p. 140) consideraram, a partir das Listas nominativas de 1831-1832, as mulheres de 15 a 49 anos e crianças, os escravos inseridos na faixa etária de 0 a 9 anos.

55 Libby e Paiva (1995, p. 203-233) consideraram as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 9 anos, a partir do recenseamento de 1872-1873.

56 Para essa localidade, Ramos (1979, p. 518) considerou crianças de até 5 anos e mulheres escravas entre 20 e 40 anos.

sob agendamento, em averiguar o mapeamento construído pelo movimento de redistribuição desse contingente africano no quadro regional. Assim como Libby e Paiva, aceitamos que somente pesquisas locais serão capazes de trazer à tona o quadro de diversidade regional, lapidando nuances, descortinando singularidades, do que era, há pouco, genericamente tratado como “sul de Minas”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carla M. C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750-1850)*. 1994. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.
- BERGAD, Lair. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1888)*. Bauru: Edusc, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo.
- CANO, Wilson; LUNA, Francisco Vidal. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH*, Unicamp, n. 10, out. 1983.
- \_\_\_\_\_. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: *Ensaio sobre a formação econômica regional no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 34-47.
- COSTA, Iraci del Nero da; LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1726-1826). *África*, Centro de Estudos Africanos da USP, n. 4, p. 105-109, 1981.
- DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em História, ICH/UFJF, Juiz de Fora.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, A. de A.; PINTO, F.; MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 184-207, jan.-jun. 2007.

GUTIERREZ, Horácio. Demografia escrava em economias não exportadoras: Paraná (1800-1830). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.

\_\_\_\_\_. Senhores e escravos no Paraná (1800-1830). 1989. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.

HIGMAN, Barry. *Slave populations of the British Caribbean, 1807-1834*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1984.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Paiva. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago. 1995.

LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores – Análise da estrutura populacional econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). *Ensaio Econômico*, São Paulo, IPE/USP, v. 8, 1981.

\_\_\_\_\_. Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829). In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos*

*Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep)*. Olinda, 1988, v. 3, p. 215-233.

\_\_\_\_\_. Casamento de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829.

In: *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 13, n. 1, p. 211- 221, 1983.

\_\_\_\_\_. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan.-mar. 1998.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. *Estudos Populacionais*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul.-dez. 2004.

MACHADO, C. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UFRJ, Rio de Janeiro.

MARTINS, Roberto Borges. Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 13, n. 1, 1983.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE/USP, v. 22, n. 1, p. 130-149, jan.-abr. 1992.

PINHEIRO, Fábio. Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais (c. 1809-c. 1830). In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, 2008. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008)>.

RAMOS, Donald. Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center. *The Americas*, Washington, v. 35, n. 4, p. 495-526, abr. 1979.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul-mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – ICH/UFJF, Juiz de Fora.

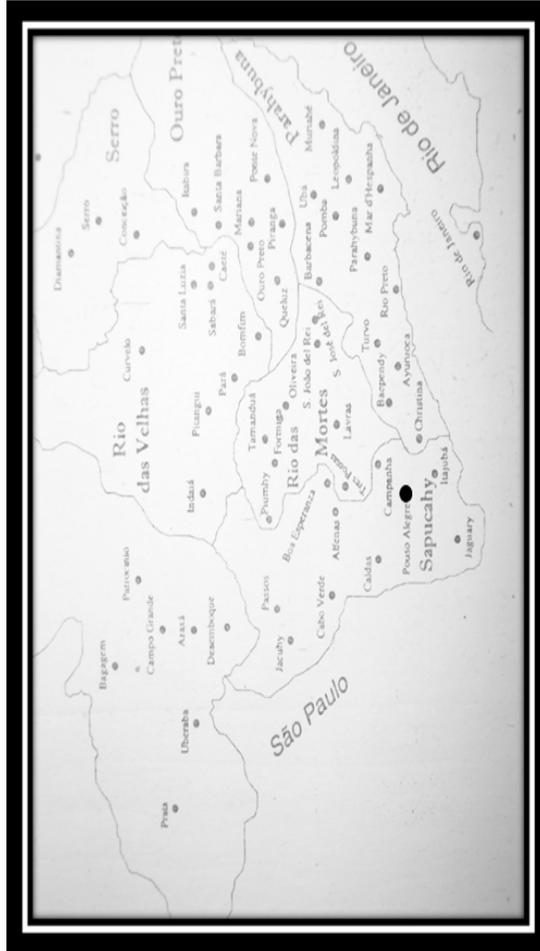
STECKEL, Richard H. *Children and choice: a comparative analysis of slave and white fertility in the Antebellum South*. In: FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. (Org.). *Without consent or contract: conditions of slave life and transition to freedom*. Nova York: W. W. Morton, 1992, Technical Papers, v. 2.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo.

---

LEONARA LACERDA DELFINO – Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Este artigo refere-se aos resultados parciais de minha pesquisa de dissertação de mestrado (cf. DELFINO, 2010), <leonaralacerda@yahoo.com.br>.

ANEXO



Mapa – Localização do município de Pousos Alegre (MG), 1833.  
Fonte: Modificado a partir de Bergad (2004, p. 38).

Tabela 1 – Estrutura de posses de escravos em Pouso Alegre (1820-1888)\*

Período	Pequeno 1 a 3				Médio 4 a 9				Grande 11 a 49				Muito grande + de 50		Total		
	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	%	Proprietários	%	Escravos	Média	
1820-1829	7	25,0	18	6,2	9	32,1	59	20,3	12	42,8	213	73,4	-	-	28	290	10,3
1830-1839	14	34,1	28	9,5	15	36,5	95	32,4	12	29,2	170	58,0	-	-	41	293	7,1
1840-1849	27	30,6	51	7,0	43	48,8	267	36,6	16	18,1	304	41,7	2	2,2	106	14,5	8,2
1850-1859	37	33,9	68	7,2	44	40,3	267	28,4	25	23,0	345	36,7	3	2,7	258	27,5	8,6
1860-1869	20	26,3	37	4,5	24	31,5	133	16,7	30	39,4	529	66,5	2	2,6	96	12,0	10,4
1870-1879	5	23,8	7	3,1	9	42,8	65	29,1	6	28,5	92	41,2	1	4,7	59	26,4	10,6
1880-1888	5	37,5	7	9,5	8	57,1	56	76,7	1	7,1	10	13,6	-	-	-	-	5,2
Total	115	30,5	216	6,4	152	40,3	942	28,2	102	27,0	1663	49,7	8	2,1	519	15,5	8,8

Fonte: Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

\* Do total de 678 inventários *post mortem*, 301 não mencionaram escravos. Para a construção desta tabela, consideramos somente os 377 proprietários escravistas identificados para o período de 1820-1888. De 1871 a 1888, foram identificados apenas 20 ingênuos (6 meninos e 14 meninas).

Tabela 2 – Distribuição da população cativa por sexo e origem: Pouso Alegre (1820-1888)\*

Período	Africanos						Crioulos						
	Homens		Mulheres		Total	%	Homens		Mulheres		Total	%	
		%		%				%		%			
1820-1829	79	72,4	30	27,5	109	37,5	85	47,0	96	53,0	181	62,4	290
1830-1839	73	66,3	37	33,6	110	37,5	84	46,0	99	54,0	183	62,4	293
1840-1849	165	76,7	50	23,2	215	29,5	240	46,7	273	53,2	513	70,4	728
1850-1859	164	66,1	84	33,8	248	26,4	359	52,0	331	48,0	690	73,5	938
1860-1869	103	54,7	85	45,2	188	23,6	330	54,3	277	45,6	607	76,3	795
1870-1879	8	72,7	3	27,2	11	5,0	111	49,7	101	45,2	212	95,0	223
1880-1888	-	-	1	-	1	-	33	45,8	39	53,4	72	71,2	73
Total	592	67,1	290	32,8	882	26,4	1242	50,5	1216	49,4	2458	73,5	3340

Fonte: Inventários *post mortem*, (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

\* De 1871 a 1888, foram identificados apenas 20 ingênuos (6 meninos e 14 meninas).

Tabela 3 – Distribuição de batizados cativos por origem:  
freguesia de Pouso Alegre (1812-1873)

Período	Crioulos	%	Africanos	%	Total
1812-1814	61	80,2	15	19,7	76
1815-1817	72	86,7	11	13,2	83
1818-1820	118	62,1	72	37,8	190
1821-1823	177	71,3	71	28,6	248
1824-1826	240	89,2	29	10,7	269
1827-1829	190	76,3	59	23,6	249
1830-1832	226	75,8	72	24,1	298
1833-1835	212	93,8	14	6,1	226
1836-1838	185	96,8	6	3,1	191
1839-1841	176	99,4	1	0,5	177
1845-1847	101	100	–	–	101
1848-1850	165	98,8	2	1,1	167
1851-1853	208	99,5	1	0,4	209
1854-1856	253				253
1857-1859	260				260
1860-1862	194				194
1863-1865	120				120
1866-1868	86				86
1869-1871	62				62
1871-1873	74				74
Ingênuos					
Total	3 180	90,0	353	10,0	3 533

Fonte: Assentos de batismo, livro 1 (1812-1821), livro 2 (1821-1825), livro 3 (1825-1837), livros 4 e 7 (1837-1858), livro 5 (1841-1843), livro 6 (1847-1853), livro 7 (1857-1861), livro 8 (1861-1866), livro 9 (1866-1873), localizados na Matriz de São Bom Jesus, Pouso Alegre (MG).

Tabela 4 – Distribuição da população cativa por sexo:  
município de Pouso Alegre (1820-1888)\*

Período	Homens %		Mulheres %		Total
1820-1829	164	56,5	126	43,4	290
1830-1839	157	53,5	136	46,4	293
1940-1849	405	55,6	323	44,3	728
1850-1859	523	55,7	415	44,2	938
1860-1869	433	54,4	362	45,5	795
1870-1879	119	53,3	104	46,6	223
1880-1888	33	45,2	40	54,7	73
Total	1.834	55,0	1.506	44,0	3.340

Fonte: Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre (MG).

\* De 1871 a 1888, foram identificados apenas 20 ingênuos (6 meninos e 14 meninas).

Tabela 5 – Distribuição da população cativa por distrito,  
segundo o sexo: município de Pouso Alegre (1833-1835)

Distrito	Homem	%	Mulher	%	RM	Cativos
Capivari	103	51,2	98	48,7	105,1	201
Santa Rita	175	68,6	80	31,3	218,7	255
Cambuí	415	61,1	264	38,8	157,1	679
Camanducaia	465	58,4	330	41,5	140,9	795
Cotias	879	63,2	511	36,7	172,0	1.390
São José das Formigas	475	51,6	444	48,3	106,9	919
Antas	79	45,6	94	54,3	84,0	173
Ouro Fino	393	59,5	267	40,4	147,1	660
Bom Retiro	77	45,0	94	55,0	81,9	171
Pouso Alegre	1.225	61,0	786	39,0	155,8	2.011
Total do município	4.286	59,0	2.968	41,0	144,4	7.254

Fonte: Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

Tabela 6 – Distribuição da população cativa, segundo a idade por distrito:  
município de Pouso Alegre (1833-1835)

Distrito	6-14	%	15-29	%	30-60	%	+60	%	Total
Capivari	97	48,2	80	39,8	24	11,9	-	-	201
Santa Rita	117	45,8	117	45,8	21	8,2	-	-	255
Cambuí	258	38,0	269	39,6	110	16,2	42	6,1	679
Camanducaia	229	28,8	372	46,7	180	22,6	14	1,7	795
Cotias	442	31,7	576	41,4	334	24,0	38	2,7	1.390
São José das Formigas	349	38,0	371	40,3	177	19,2	22	2,3	919
Antas	53	30,6	60	34,6	57	32,9	3	1,7	173
Ouro Fino	321	48,6	202	30,6	132	20,0	5	0,7	660
Bom Retiro	67	39,1	66	38,5	30	17,5	8	4,6	171
Pouso Alegre	702	35,0	925	46,0	369	18,3	18	0,7	2.011
Total	2.635	36,3	3.038	41,8	1.434	19,7	147	2,0	7.254

Fonte: Mapas de população de Pouso Alegre (1833-1835), localizados no Arquivo Público Mineiro, notação MP, cx. 06, doc. 02.

Tabela 7 – Distribuição da população cativa, segundo a faixa etária: Pouso Alegre (1820-1888)

Período	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	0-14	%	0-14	%	%	15-40	%	15-40	%	%	+40	%	+40	%	%
1820-1829*	32	16,4	36	18,5	35,0	75	38,6	38	19,5	58,1	7	3,6	6	3,0	6,6
1830-1839	59	20,1	48	16,3	36,5	68	23,2	53	18,0	40,8	28	9,5	37	12,6	22,1
1840-1849**	114	15,0	117	15,4	30,4	196	25,8	133	17,5	40,3	49	6,4	26	3,4	9,8
1850-1859	184	19,6	137	14,6	34,2	256	27,2	168	18,0	45,2	83	8,8	110	11,7	20,5
1860-1869	124	15,5	121	15,2	30,7	223	28,0	155	19,4	47,4	95	11,9	77	9,6	21,5
1870-1879	28	12,5	31	13,9	26,4	46	20,6	63	28,5	49,1	45	20,1	10	4,4	24,5
1880-1888***	7	9,5	7	9,5	19,1	21	28,7	28	38,3	67,1	5	6,8	5	6,8	13,6

Fonte: Inventários *post mortem* (1820-1888). Cartórios do 1º e 2º Ofícios, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre.

\* Do total de 290 escravos identificados para o período de 1820-1829, 96 não mencionaram idade.

\*\* Do total de 728 escravos identificados para o período de 1840-1849, 93 não mencionaram idade.

\*\*\* De 1871 a 1888, foram identificados apenas 20 ingênuos (6 meninos e 14 meninas).